



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos da Realidade Brasileira

Atena
Editora
Ano 2020



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos **da Realidade Brasileira**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D286	<p>Debates geográficos da realidade brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-017-9 DOI 10.22533/at.ed.179200405</p> <p>1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910.03</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Debates Geográficos da Realidade Brasileira”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de vinte e um capítulos a partir de análises, ensaios, relatos e pesquisas de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento público na área de Geografia, entre outras áreas afins para debater a função social da ciência geográfica, bem como das Ciências Humanas no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a nossa jovem democracia.

A Coletânea está organizada a partir de alguns eixos temáticos, quais sejam: Ensino de Geografia, Geografia Agrária, Geografia Urbana e Econômica, Cartografia e Geoecologia, Geografia Cultural e Política e Geografia Regional. Tal diversidade revela a necessidade da Geografia para compreensão, e, sobremaneira, transformação da realidade brasileira e suas conexões com o mundo globalizado. Nesse devir, urge refletir e construir teorias que possam desvendar nosso futuro comum.

Assim, os capítulos 1, 2 e 3 versam sobre as possibilidades do Ensino de Geografia, enfatizando respectivamente a Cartografia Tátil, o Trabalho de campo e propostas inclusivas, bem como os desafios do estágio supervisionado na formação do professor de Geografia.

No segundo eixo sobre Geografia Agrária, os capítulos 4, 5 e 6 tratam dos desafios da construção de um Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, a formação territorial da Campanha Gaúcha e a Indústria de beneficiamento de arroz no interior do estado de São Paulo.

O terceiro e maior eixo temático da Coletânea, versa os desafios urbanos e econômicos na contemporaneidade, cujas análises estão presentes nos capítulos 7 a 15 a partir dos seguintes subtemas: reestruturação produtiva no Recôncavo baiano, vulnerabilidade e renda familiar na região imediata de Ituiutaba - MG, consumo, comércio e novos empreendimentos em Timon – MA, gestão territorial urbana em Belo Horizonte – MG, subúrbios de Recife-PE, renovação urbana em Paulista-PE, planejamento urbano e participação popular em Teresina-PI, empresas de publicidade e rede urbana no Brasil e a produção territorial-urbana em Oiapoque-AP.

O Capítulo 16 apresenta uma importante e atual análise sobre a Cartografia do feminicídio em Belém-PA, cujos dados versam sobre o período de 2011 a 2018. Já os capítulos 17 e 18 apresentam as Unidades Ambientais em Santa Maria – RS a

partir de uma revisão da sustentabilidade ambiental e urbana e as estratégias para Educação Ambiental em área de risco na Zona Norte de Recife-PE.

Na sequência o capítulo 19 apresenta uma análise sobre o conflito Sírio em consonância com formação territorial e os desafios políticos e o sectarismo religioso. Enquanto o capítulo 20 apresenta um breve relato sobre o divino, o sagrado e o profano e a relação com os rituais africanos nos países do Mercosul. Por fim, no capítulo 21 discute-se o conceito o nordeste brasileiro a partir de um profícuo diálogo com as teorias de Gilberto Freyre.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia em sintonia com a sua função e responsabilidade socioambiental e territorial para construirmos alternativas para transformar a realidade a partir de uma Geografia socialmente engajada.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENSINO DE GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES VISUAIS: CONFEÇÃO DE MAPAS TÁTEIS COM MATERIAIS ACESSÍVEIS E DE BAIXO CUSTO	
Laís Caroline Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1792004051	
CAPÍTULO 2	15
CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS PERMEADO POR TEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES E POR PRÁTICAS INCLUSIVAS DE TRABALHO DE CAMPO	
Maria Solange Melo de Sousa Juanice Pereira Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1792004052	
CAPÍTULO 3	29
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	
Severino Alves Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.1792004053	
CAPÍTULO 4	37
A CONSTRUÇÃO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE MINEIRA E OS DESAFIOS E DISPUTAS TERRITORIAIS	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Anderson Willians Bertholi Bruna França Oliveira Tayne Pereira da Cruz Walcricio Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.1792004054	
CAPÍTULO 5	50
TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL: DA COLONIALIDADE E SUBALTERNIDADE, ÀS R-EXISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CAMPANHA GAÚCHA	
Anderson Luiz Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1792004055	
CAPÍTULO 6	61
“INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS”	
Reinaldo Luiz Selani	
DOI 10.22533/at.ed.1792004056	
CAPÍTULO 7	72
DINÂMICA TERRITORIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RECÔNCAVO BAIANO	
Alessandra Oliveira Teles Wodis Kleber Oliveira Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.1792004057	

CAPÍTULO 8 87

RENDA FAMILIAR NA REGIÃO IMEDIATA DE ITUIUTABA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior

Léia Adriana da Silva Santiago

Lílian Gobbi Dutra Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.1792004058

CAPÍTULO 9 108

SHOPPING CENTER NA AVENIDA PIAUÍ: CONSUMO, COMÉRCIO E NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TIMON (MA)

Amanda Maria Pires De Brito

Antônio Cardoso Façanha

DOI 10.22533/at.ed.1792004059

CAPÍTULO 10 120

DEMOCRACIA ELETRÔNICA E GESTÃO TERRITORIAL URBANA EM BELO HORIZONTE-MG

Vandeir Robson da Silva Matias

Matusalém de Brito Duarte

DOI 10.22533/at.ed.17920040510

CAPÍTULO 11 137

DOS ENGENHOS, SÍTIOS E ARRABALDES AO SUDOESTE DO RECIFE CONTEMPORÂNEO

Gabriel Augusto Coêlho de Santana

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040511

CAPÍTULO 12 152

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE

Everton Barbosa da Luz

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040512

CAPÍTULO 13 168

NOTAS SOBRE O MODELO DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE TERESINA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Gilson Barbosa de Sousa

Aline de Araújo Lima

DOI 10.22533/at.ed.17920040513

CAPÍTULO 14 179

ESTRATÉGIA E CORRELAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DE PUBLICIDADE E A REDE URBANA BRASILEIRA

Ronaldo Cerqueira Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.17920040514

CAPÍTULO 15	189
REALIDADES FRONTEIRIÇAS: REFLEXOS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL-URBANA EM OIAPOQUE – AMAPÁ	
Edenilson Dutra de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.17920040515	
CAPÍTULO 16	209
CARTOGRAFIA DO FEMINICÍDIO EM BELÉM-PA: UMA ANÁLISE DOS CASOS REGISTRADOS ENTRE 2011 A 2018	
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa	
Clarina de Cássia da Silva Cavalcante	
Roberto Magno Reis Netto	
Robson Patrick Brito do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.17920040516	
CAPÍTULO 17	219
UNIDADES AMBIENTAIS PARA SANTA MARIA/RS	
Priscila Terra Quesada	
José Manuel Mateo Rodriguez	
DOI 10.22533/at.ed.17920040517	
CAPÍTULO 18	230
PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE RISCO NA ZONA NORTE DE RECIFE – PE	
Silvana Paula Soares	
Rodrigo Dutra-Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040518	
CAPÍTULO 19	245
O CONFLITO SÍRIO COMO RESULTADO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL: PODER POLÍTICO E SECTARISMO RELIGIOSO	
Leonardo Johas Petrocelli	
DOI 10.22533/at.ed.17920040519	
CAPÍTULO 20	254
OS VÍNCULOS DO CORPO E DA MENTE: O DIVINO, O SAGRADO E O PROFANO E SUAS RELAÇÕES COM OS RITUAIS AFRICANOS EM PAÍSES DO MERCOSUL	
Ivete Maria Soares Ramirez Ramirez	
Maurício Ribeiro da Silva	
Cristina Vieira Barbosa, pedagoga	
Gabrielle Pellucio De Felice Lenci	
DOI 10.22533/at.ed.17920040520	
CAPÍTULO 21	258
A REGIÃO NO NORDESTE BRASILEIRO : DIALÓGOS COM GILBERTO FREYRE	
Marina Loureiro Medeiros	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040521	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

“INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS”

Data de aceite: 13/04/2020

Reinaldo Luiz Selani

Faculdade de Ciências e Tecnologia / UNESP

Presidente Prudente, São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/7576720012263916>

* Artigo apresentado no XIII ENANPEGE– Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia -, encontro realizado entre os dias 02 e 06 de setembro de 2019, na USP, em São Paulo-SP.

RESUMO: O município de Santa Cruz do Rio Pardo, localizado no interior paulista, mais especificamente na Região de Governo de Ourinhos, possui, desde os seus primórdios, uma tendência ao desenvolvimento de atividades ligadas à agropecuária. Durante meados dos anos 1940, iniciou uma trajetória rumo ao desenvolvimento da indústria de beneficiamento de arroz em seu território, que hoje perpassa suas fronteiras geográficas, em uma relação que abarca diferentes espaços geográficos em seu processo produtivo, desde a origem da matéria-prima (arroz), beneficiamento e empacotamento, desenvolvendo uma logística de distribuição nos mercados consumidores regional, estadual e até nacional, segundo relatos do Perfil dos Municípios Paulistas, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE, 2018). Atualmente,

o município santa-cruzense é tido por muitos empresários do setor arroseiro como o “Maior Polo Cerealista do Estado de São Paulo”, onde se produz cerca de 25% de todo o arroz beneficiado e distribuído no Estado, com várias marcas consagradas nos pequenos, médios e grandes estabelecimentos comerciais do setor de alimentos, atacadistas e varejistas. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 2018), o número de estabelecimentos industriais existentes no município santa-cruzense é composto por 144 empresas. O setor de produção e beneficiamento de alimentos lidera com 48 empresas. O presente trabalho visa compreender o processo de industrialização do município, os principais atores geográficos nesse processo, suas relações geográficas com os principais polos produtores de arroz no Brasil, assim como sua distribuição no mercado consumidor paulista e brasileiro, a especialização e a modernização da indústria de beneficiamento de arroz, assim como a busca constante de novas formas de produção do arroz, diversificação de produtos e novas tecnologias para a conquista do mercado consumidor; desenvolvendo uma cadeia de relações de produção que perpassam fronteiras.

PALAVRAS-CHAVE: Beneficiamento – Arroz – Produção – interior – São Paulo.

“RICE BENEFITING INDUSTRIES IN SANTA CRUZ DO RIO PARDO AND ITS SPACE RELATIONS”

ABSTRACT: The municipality of Santa Cruz do Rio Pardo, located in the interior of São Paulo, more specifically in the Government Region of Ourinhos, has, since its earliest days, a tendency to develop activities related to agriculture. During the mid-1940s, it began a journey towards the development of the rice processing industry in its territory, which now crosses its geographical borders, in a relationship that encompasses different geographic spaces in its production process, from the origin of the raw material (rice), processing and packaging, developing distribution logistics in the regional, state and even national consumer markets, according to reports from the São Paulo Municipalities Profile of the State System of Statistical Data Analysis Foundation (SEADE, 2018). Currently, the municipality of Santa Cruz is considered by many businessmen in the rice sector as the “Greater Cereal Pole of the State of São Paulo”, where about 25% of all the rice benefited and distributed in the State is produced, with several brands consecrated in the small, medium and large food businesses, wholesalers and retailers. According to data from the Federation of Industries of the State of São Paulo (FIESP, 2016), the number of industrial establishments in the municipality of Santa Cruz is composed of 144 companies. The food production and processing sector leads with 48 companies. The present work aims to understand the process of industrialization of the municipality, the main geographic actors in this process, its geographic relations with the main poles producing rice in Brazil, as well as its distribution in the paulista and Brazilian consumer market, the specialization and the modernization of the industry of rice processing, as well as the constant search for new forms of rice production, diversification of products and new technologies for the conquest of the consumer market; developing a chain of relations of production that cross borders.

KEYWORDS: Processing - Rice - Production – inner city - São Paulo.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho será de fundamental para o entendimento das políticas de desenvolvimento agrário de Santa Cruz do Rio Pardo, que por muito tempo teve na agricultura e pecuária sua vocação econômica. Em Santa Cruz do Rio Pardo, segundo o estudo de Junqueira (1994), os antigos habitantes do município de Santa Cruz do Rio Pardo produziam, além do café, uma variedade de produtos agrícolas para sua manutenção e mesmo para comercializá-los, como o arroz e o feijão, principalmente. Como a falta de meios de transportes mais rápidos e eficazes para outros centros era grande, os produtores locais se responsabilizavam pela produção e suprimento das necessidades locais.

A partir dos anos de 1940, com a instalação da Indústria de Máquinas Suzuki Ltda., que inicialmente se constituía em indústria de beneficiamento de arroz, e posteriormente se tornou produtora de máquinas para beneficiamento de arroz,

inicia-se o processo de industrialização no município, que possuía uma forte vocação para a instalação de uma base industrial familiar (JORNAL DEBATE, 1992).

Diante desse contexto, busca-se entender o processo de desenvolvimento santa-cruzense, através dos seguintes apontamentos:

- O processo de desenvolvimento industrial ocorreu com a capitalização de algumas famílias de imigrantes local e não provenientes de outras regiões do estado ou país;

- A tradição nos setores de agricultura e pecuária foram responsáveis pelo desenvolvimento de empresas que se destinavam inicialmente à produção de utensílios para vestimenta (calçados e couro) e beneficiamento de produtos agrícolas (arroz e feijão, em especial);

- Mesmo com o advento do processo de industrialização no município, não ocorreu uma absorção da mão de obra disponível no campo, proporcionando um longo e significativo período de êxodo de sua população rural para outros municípios do estado ou país;

- A falta de uma política pública do município e estado para alavancar o processo de atração de investimentos oriundos de outras áreas do estado ou país, com a instalação de empresas no município, já que não possuía uma área específica, como distrito industrial, antes dos anos de 1990, perdendo a iniciativa para alguns municípios da região, como Ourinhos e Ipaussu;

- A falta de uma política pública para a instalação no município de escolas ou entidades que se destinam à qualificação da mão de obra (Sistema “S”) para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas para o trabalhador no processo de industrialização do município;

A partir dos anos 2000, com o surgimento e a ampliação dos empreendimentos industriais, notadamente, a indústria de alimentos, o município de Santa Cruz do Rio Pardo passa a ocupar a 2^a. Posição na produção e beneficiamento de alimentos, depois de Marília, mas à frente de municípios de maior expressão econômica, política e demográfica, como Ourinhos, Assis e Tupã.

Esse novo ciclo de atividades industriais é dotado de uma tecnologia de ponta, com modernas técnicas de administração das empresas, recursos humanos qualificados, com vultosos investimentos nos projetos industriais e no atendimento às exigências do mercado consumidor.

Através desses questionamentos, busca-se analisar a retomada da economia santa-cruzense no contexto regional, assumindo a condição de município com vocação para a indústria de beneficiamento e produção de alimentos, e traçar vieses sobre as políticas públicas que permeiam e que geram a necessidade de produtos ou serviços indispensáveis para a manutenção do ciclo econômico para a consolidação do processo de desenvolvimento do território em questão.

2 | A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, SÃO PAULO, E O POTENCIAL ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

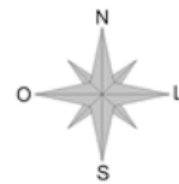
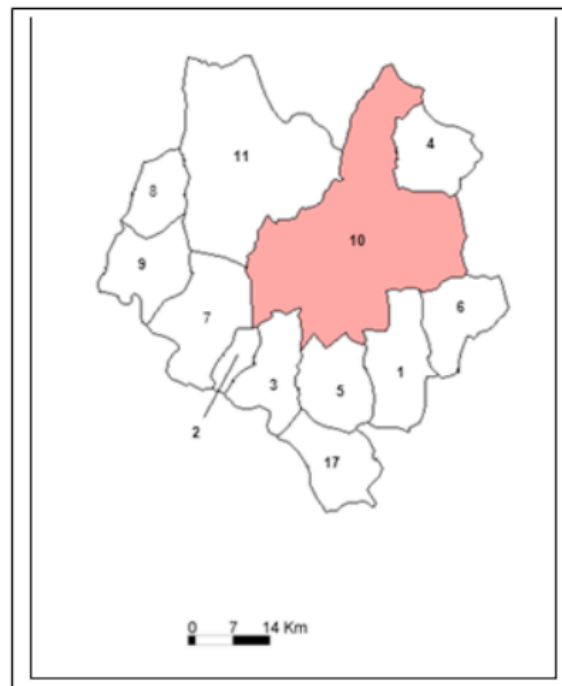
De acordo com informações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 2018), o município de Santa Cruz do Rio Pardo está situado na Região de Governo de Ourinhos¹, no centro-oeste paulista; possui um território de 1.115 Km², sendo o maior município em extensão da região, e uma população de 43.921 habitantes (IBGE, 2010), sendo a segunda maior população municipal dessa região (Figura 1).

De acordo com os dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2015), o Produto Interno Bruto Municipal era de R\$ 1,49 bilhão, sendo representado no conjunto pelos setores de serviços com R\$ 974,18 milhões; da indústria com R\$ 443,61 milhões; e pela agropecuária com R\$ 76,16 milhões, ou seja, os serviços perfazem 65% do total do PIB municipal e a indústria e a agropecuária representam 30% e 5%, respectivamente (FIESP, 2017), conforme se pode verificar na figura 2.

Conforme informação divulgada pela FIESP (2018), o município possui cento e quarenta e quatro estabelecimentos industriais, dos quais vinte são indústrias de calçados, representando 14% do total, ocupando a segunda maior concentração de indústrias por setor. A maior concentração de estabelecimentos industriais do município é representada pela indústria de alimentos (especificamente o beneficiamento de arroz, rações e panificação e subprodutos), que perfaz um total de 46 empreendimentos e 32% da quantidade de estabelecimentos por setor.

1 Segundo Fuini e Hori (2014, p. 237), as regiões de governo são subunidades de regionalização utilizadas pela Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, sendo menores que as regiões administrativas. São utilizadas para fins estatísticos, conforme dados e pesquisas do Seade (Sistema de Análise de Dados do Estado de São Paulo), e para o planejamento e execução de políticas públicas. A Região de Governo de Ourinhos possui 12 municípios e faz parte da Região Administrativa de Marília, que é composta por 51 municípios.

FIGURA 1: O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO E A REGIÃO DE GOVERNO DE OURINHOS (SP)



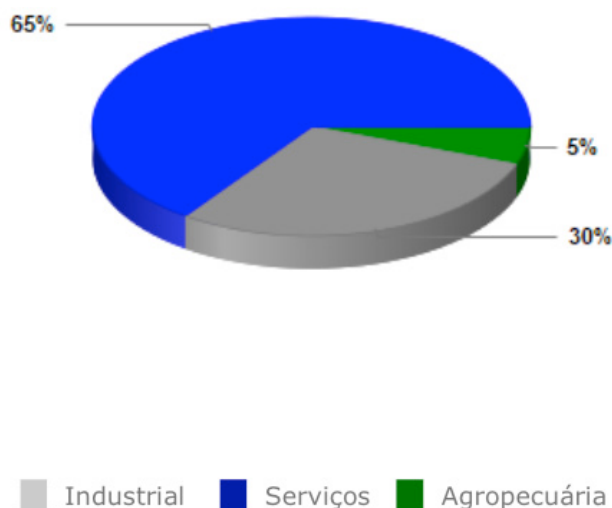
Municípios da Região de Governo de Ourinhos (2000)

- 1 – Bernardino de Campos
- 2 – Canitar
- 3 – Chavantes
- 4 – Espírito Santo do Turvo
- 5 – Ipaussu
- 6 – Óleo
- 7 – Ourinhos
- 8 – Ribeirão do Sul
- 9 – Salto Grande
- 10 – Santa Cruz do Rio Pardo
- 11 – São Pedro do Turvo

Fonte: IEA/CATI/SAA (2000)

ORGAN.: Reinaldo L. Selani

Figura 2 – Participação dos Setores Produtivos no Produto Interno Bruto (PIB) Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo (2017).



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

3 | METODOLOGIAS

Na elaboração desse trabalho foi preciso realizar uma pesquisa de levantamento de informações sobre a temática da indústria de beneficiamento do arroz em Santa Cruz do Rio Pardo, os diversos atores geográficos envolvidos no processo e as articulações da produção e a organização do espaço geográfico. Para poder realizar o estudo foi elaborado alguns métodos e utilizados recursos que pudessem refletir a realidade do processo de constituição das políticas para o desenvolvimento do processo de industrialização no município de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, principalmente a partir da atuação dos atores geográficos da iniciativa privada (os empresários do setor arroseiro do município).

Entre os passos executados nessa pesquisa estão:

- Levantamento e leitura do material bibliográfico – foi executado através de seleção de reportagens da mídia regional, publicações de artigos, revistas, resenhas e livros de autores regionais que abordem o referido assunto – políticas de desenvolvimento territorial, desenvolvimento industrial e (re)organização do espaço geográfico;
- Trabalho de campo – visitas às empresas do município, com agendamento de visitas com os responsáveis com os setores de recursos humanos, prefeitura municipal e sindicatos, entre outros;
- Organização e sintetização das informações obtidas (práticas) com o levantamento teórico (leituras, material bibliográfico e orientações recebidas), através do entendimento da realidade produção de texto argumentativo, ilustrativo com gráficos, mapas, tabelas, fotos obtidas através de material de informática multimídia, de modo a reproduzir a dinâmica das relações sociais no espaço geográfico e suprimir as indagações sobre esse processo.

Por ser um artigo de cunho geográfico inédito sobre a indústria do beneficiamento do arroz no território geográfico de Santa Cruz do Rio Pardo, deverá ser retomado para prosseguimento das pesquisas, com aprofundamento do campo de estudo, assim como da situação dos fluxos de transporte e cadeia logística, desde a produção do arroz, o processo de beneficiamento e a distribuição geográfica do produto no mercado de consumo.

4 | RESULTADOS

Nessa pesquisa verifica-se a importância do entendimento das políticas no desenvolvimento agrário de Santa Cruz do Rio Pardo, o processo de industrialização (nesse caso, o de beneficiamento de arroz) e a reorganização do espaço geográfico. A iniciativa privada do empresariado do setor arrozeiro local foi determinante para a consolidação do polo arrozeiro do município, sem maiores atenções do poder público municipal e/ou estadual paulista (JORNAL DEBATE, 1992).

Tudo começou a partir dos anos de 1940, através da atuação de um imigrante de origem japonesa, que decide investir na instalação de uma indústria de máquinas para beneficiamento de arroz, cuja tecnologia ele mesmo desenvolveu: o Sr. Michiyoshi Suzuki cria a Indústria de Máquinas Suzuki Ltda., inicia-se o processo de industrialização no município, indústria de base familiar, principalmente a partir de descendentes de imigrantes italianos.

A partir dos anos de 1990, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, cria uma “política pública dirigida as indústrias que se instalam no município” (Lei municipal no. 2.223, de dezembro de 2007) (Alves, 2014), onde a prefeitura doa terreno e concede isenção de impostos por dez anos para as empresas que desejarem se instalar no Distrito Industrial e Empresarial “Michiyoshi Suzuki”. Essa lei também é válida para as empresas que já estão instalados na cidade, e querem se mudar para distrito industrial. Mesmo assim, poucas indústrias arrozeiras se instalaram no local.

Mesmo com pouco incentivo, o parque arrozeiro cresce e se diversifica no beneficiamento de arroz, milho para pipoca e feijão; envasamento e distribuição de açúcar, trigo, azeite de oliva, farinha de mandioca, entre outros, e se tornam gigantes no setor de alimentos, gerando empregos e arrecadação de receitas para a economia santa-cruzense. As condições no mercado de trabalho local se beneficiam através da indústria de alimentos (principalmente de beneficiamento de arroz, rações e panificação e subprodutos), que teve um crescimento de quase 110% nos postos de trabalho entre 2007 e 2017, absorvendo a maior parte dos desempregados de outros setores da economia, como o setor calçadista de Santa Cruz do Rio Pardo,

que vem passando por sucessivas crises de produção nos últimos anos (tabela 1).

Setores Produtivos (Indústria)	Períodos					
	2007		2012		2017	
	Número de Estabelecimentos	Número de Empregos gerados	Número de Estabelecimentos	Número de Empregos gerados	Número de Estabelecimentos	Número de Empregos gerados
Alimentos	34	1.293	42	1.915	46	2.696
Couro e Calçados	38	548	27	499	20	254
Produtos de Metal	13	62	17	104	17	120
Vestuário	10	44	12	57	11	89

Tabela 1 – A Evolução no Número de Estabelecimentos Industriais do Setor Calçadista em Santa Cruz do Rio Pardo e dos Empregos Gerados no Período de 2007 a 2017.

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

Segundo informações da Associação Brasileira da Indústria de Arroz (ABIARROZ), a Associação das Indústrias de Beneficiamento de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo (ABASC) participam no processo de articulação e desenvolvimento das atividades do setor orizícola nacional, sendo participantes as empresas Guacira Alimentos, São João Alimentos, Picinin Alimentos e Brasília Alimentos, que juntamente as empresas do setor arrozeiro do Rio Grande do Sul, produzem, beneficiam e distribuem o arroz e outros produtos no mercado estadual e nacional.

Os produtos das empresas santa-cruzenses estão presentes na maior parte dos mercados, supermercados e hipermercados paulistas, além de grandes redes de atacadistas do setor alimentício, disputando o acirrado mercado consumidor pela preferência. A busca pela matéria prima de qualidade, no caso o arroz agulhinha que não é produzido na região, mas proveniente das lavouras do sul do Rio Grande do Sul, principalmente (JORNAL DEBATE, 1992).

Se por um lado, o desenvolvimento da indústria de beneficiamento de arroz favorece a economia santa-cruzense gerando empregos e arrecadação para o município, não produz o mesmo efeito como geração de emprego e renda no meio rural, pois como se vê na tabela 2, a produção arrozeira no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ourinhos, órgão vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, está apresentando um tendência a ser extinta na região e os produtores rurais buscarem outras alternativas de produção.

Produtos	1977	1987	1997	2007	2017	Varição 1977/2017%
Soja	33.153	9.030	16.218	23.517	84.914	156
Trigo	7.426	9.063	3.470	3.722	4.200	-44
Mandioca	2.248	2.353	3.564	5.176	2.158	-4
Cana	13.685	48.021	57.434	70.998	107.523	686
Café	20.781	29.138	20.456	11.030	16.637	-20
Algodão	2.287	8.789	2.113	475	0	-100
Arroz	16.096	5.990	3.436	657	65	-99,6
Feijão	10.467	7.844	3.351	7.777	3.795	-64
Milho	30.709	41.187	46.802	54.143	77.260	151
Laranja	357	870	4.651	3.813	18.034	4.951

Tabela 2 – Produção Agrícola do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos – 1977, 1987, 1997, 2007 e 2017 (Em toneladas)

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Como conclusão, dentro do processo de modernização da agricultura, pode-se dizer que,

“a tendência à generalização do modo moderno de produzir, no contexto seletivo e concentrado de acesso a crédito e às inovações, acentuou a pobreza e a miséria herdadas de fases anteriores, alterando-lhe seu caráter: não se trata mais desta miséria e desta pobreza, pois elas são, agora, fruto da modernização geral do país, no meio rural e no meio urbano – modernização tecno-econômica e social – o que permite falar em pobreza moderna. A pobreza moderna rural como resultado da modernização agrária não encontra dispositivos na dinâmica agrária herdada para superar sua situação ultrajante. Esta agricultura não cria milhares de empregos, não necessita ocupar mais terras férteis para elevar a oferta e muito menos conta com mecanismos capazes de proporcionarem uma distribuição de renda ou de ativos” (MULLER, 1993: 23 apud HESPANHOL, 1997: 47).

Através do modo moderno de produção ocorre uma seletividade no acesso ao crédito e as inovações acentuou a pobreza e a miséria herdadas de fases anteriores (MULLER, 1993). A pobreza e miséria moderna estão presentes na agricultura moderna, pois ela não cria milhares de empregos, não necessita de terras férteis para elevar a oferta e muito menos conta com mecanismos capazes de propiciar uma distribuição de renda ou de ativos. A pobreza moderna é característica da modernização brasileira e da crise nacional em que vive a sociedade, sua superação não se encontra nas formas de relacionamentos que mantêm com as atividades agrárias modernas, mas com a dinâmica sócio-política do país.

Nesse caso, em Santa Cruz do Rio Pardo a indústria de beneficiamento do arroz não se ocupou de gerar renda aos produtores rurais através do fornecimento da matéria-prima indispensável para a produção, nem tampouco em proporcionar

um mercado de trabalho no meio rural. Pelo contrário, partindo-se de uma produção local, mas pela seletividade do mercado consumidor, prioriza o arroz de melhor qualidade que está inserido em outro espaço geográfico, desagregando suas relações de produção no espaço geográfico, levando os produtores rurais a adotarem novas culturas agrícolas e o empregos extintos migrarem para outros setores produtivos do município.

5 | CONCLUSÕES

O artigo buscou estudar e compreender o processo de desenvolvimento da indústria de beneficiamento de arroz para o município de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, assim como as interações entre os atores geográficos envolvidos, as políticas de desenvolvimento territorial adotadas e a reorganização da estrutura produtiva. Vale lembrar que a geração de empregos e a arrecadação do município cresceram, no entanto, o território em questão não apresentou um desenvolvimento uniforme.

Ao se valorizar o arroz agulhinha, que é o preferido pelo mercado de consumo nacional, desarticulou a produção local de arroz, extinguindo áreas produtivas, a geração de renda ao produtor rural e de emprego ao trabalhador rural. A produção de arroz sempre esteve presente no território santa-cruzense desde sua origem. Agora sua produção já está quase extinta desse espaço geográfico e outras culturas avançam sobre esse território, redesenhando a configuração da produção agrícola municipal.

A falta de políticas públicas específicas para o setor arroseiro talvez tenha deixado escapar essa oportunidade de integração entre o produtor rural e a agroindústria, perpassando suas intrínsecas relações socioeconômicas e de oportunidade de desenvolvimento. Esse trabalho visa contribuir nesse contexto, buscando ser um momento de reflexão na busca por um modelo de desenvolvimento capaz de incluir os atores geográficos do município em um programa de geração de renda e emprego.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira das Indústrias de Beneficiamento de Arroz (ABIARROZ). <http://www.abiarroz.com.br/site-en/institucional>, acesso em 18 de maio de 2019.

ALVES, Paulo Roberto. **Arranjos Produtivos Locais: Calçados Femininos de Jaú e Santa Cruz do Rio Pardo.** 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3575>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

Arroz – A Vocação de Santa Cruz. Santa Cruz do Rio Pardo. Veja porque a cidade   conhecida como a “Capital do Arroz” sem plantar um grão... **Jornal Debate**, no. 556, jan. 1992. Edição Especial de

Empresas e Negócios, no 1, ano 1.

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Capital Humano / Departamento de Ação Regional. Disponível em: <[http://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/\(S\(rasqfgivcpgkjjzseqnf1v0n\)\)/Inicio/Default2.aspx](http://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/(S(rasqfgivcpgkjjzseqnf1v0n))/Inicio/Default2.aspx)> Acesso realizado em 18 out. 2018.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Perfil dos Municípios Paulistas / Santa Cruz do Rio Pardo (2015). Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Faz ciência**. Francisco Beltrão, FACIBEL, v. 1 n. 1, p. 38-49, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 27 mai. 2019

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário IEA 1999**. São Paulo: IEA, 2000.

JUNQUEIRA, Magali Ferreira. **Santa Cruz do Rio Pardo** – Memórias/Subsídios para a História de uma Cidade Paulista. Santa Cruz do Rio Pardo: The Document Company/XEROX, 1994. 342 p.

MULLER, Geraldo. Brasil Agrário: Heranças e Tendências. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, 7(3), pp. 11-20, jul./set. 1993.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação pedagógica 15, 17, 18

Amapá 189, 190, 191, 197, 198, 201, 203, 204, 207, 208

Arroz 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

Atlas 37, 38, 39, 48, 49, 86, 127, 134, 136, 183, 187, 218, 253, 269

B

Beneficiamento 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

C

Campanha gaúcha 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Cartografia tátil 1, 2, 3, 4, 13, 14

Cidadania 15, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 123, 127, 129, 131, 136, 193, 215, 236

Cidades-gêmeas 189, 191, 192, 193, 200, 201, 202, 207

Comércio 57, 79, 81, 83, 85, 108, 109, 111, 114, 116, 163

Conhecimentos geográficos 15, 17, 18, 26, 27, 243

D

Democracia 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Diversidade 15, 17, 19, 25, 26, 27, 33, 39, 40, 50, 52, 55, 60, 94, 101, 200, 243, 260, 268

Docente 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 108, 168

E

Empresas de publicidade 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Engenhos 75, 77, 78, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 150, 151

Ensino de geografia 1, 13, 16, 29, 35, 36, 243, 269

Estágio supervisionado 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

F

Feminicídio 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

Fronteira franco-brasileira 189, 199, 201, 206

G

Gênero 54, 94, 174, 209, 210, 212, 213, 217, 218

Geografia agrária 37, 269

Gestão empresarial 179

Gestão urbana 120, 121, 122, 127, 131, 160, 168, 169, 171, 177

I

Influência 72, 74, 78, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 164, 180, 185, 197, 200, 262, 263, 265

Interior 55, 56, 57, 61, 62, 74, 77, 121, 132, 140, 194, 265

M

Mapas táteis 1, 3, 4, 12

Materiais 1, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 39, 53, 58, 73, 152, 153, 155, 156, 158, 162, 190, 195, 231, 245, 246

Mocambos 137, 138, 145, 146, 148, 149, 150, 151

Mulher 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

N

Norte de Minas 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49

O

Oiapoque 189, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208

P

Participação 17, 19, 21, 25, 33, 42, 65, 72, 74, 110, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 156, 158, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 184, 220, 228, 231, 236, 242, 245, 269

Planejamento 38, 64, 85, 116, 117, 119, 120, 128, 129, 133, 136, 138, 157, 160, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 188, 202, 219, 220, 221, 224, 228, 229, 234

Plano plurianual 2018–2021 168

Política 53, 57, 59, 63, 67, 69, 95, 96, 107, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 168, 170, 171, 176, 178, 181, 187, 193, 194, 201, 214, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259

População 24, 44, 53, 55, 59, 63, 64, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 113, 115, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 142, 146, 148, 161, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 183, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 213, 221, 231, 233, 236, 238, 241, 242, 245, 246, 250, 251, 265

Produção 1, 4, 12, 27, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 113, 118, 119, 128, 131, 135, 140, 142, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 178, 181, 182, 189, 190, 194, 196, 201, 206, 217, 236, 243, 264

Produção do espaço 27, 85, 89, 118, 128, 152, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165,

166, 178, 189, 201, 206, 217, 243

R

Recife 36, 49, 85, 117, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 165, 166, 183, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 258, 259, 261, 263, 264, 267, 268

Rede urbana 86, 109, 110, 117, 118, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 207

Região imediata de Ituiutaba 87, 88, 90, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106

Renda familiar 82, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 104, 105

Renovação urbana 152, 154, 155, 160, 163, 171

R-existência 50, 51, 52, 55, 56

Rincões 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

RPA-05 137, 138, 140, 151

S

São Paulo 6, 7, 9, 11, 12, 13, 28, 35, 36, 49, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 85, 86, 107, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 136, 138, 141, 142, 151, 154, 166, 167, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 207, 208, 217, 243, 244, 252, 253, 267, 268, 269

Shopping center 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Subalternidade 50, 51, 55, 57, 215

Sustentabilidade 15, 17, 19, 25, 27, 168, 170, 177, 219, 220, 224, 229, 235, 243

T

Território 3, 26, 37, 38, 39, 46, 48, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 86, 110, 123, 127, 131, 135, 137, 140, 145, 154, 164, 167, 171, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 217, 226, 229, 239, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 269

Território-fronteiriço 189

Timon 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119

V

Valorização das raridades urbanas 152

Violência 40, 54, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 247

Vulnerabilidade social 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 104, 105, 106

 **Atena**
Editora

2 0 2 0